

HISTÓRIA POLÍTICA, DISCURSO E IMAGINÁRIO: ASPECTOS DE UMA INTERFACE ¹

José D'Assunção Barros²

A historiografia do século XX, ao acenar com uma nova História Política que redefiniu seus objetos, suas fontes e metodologias, trouxe à tona duas das mais promissoras interfaces da historiografia moderna: de um lado o diálogo e a interação entre a História Política e a História do Discurso, e de outro o estudo do Imaginário como caminho importante para perceber as relações de poder e as suas correspondentes apropriações políticas. O presente artigo pretende examinar estes dois caminhos de inter-relações. Começaremos por discutir alguns dos aportes teóricos que envolvem a relação entre História e Discurso, e por avaliar os recursos metodológicos que têm se aberto para o historiador político no tratamento de suas fontes ao considerar as importantes contribuições que lhe chegaram através da Lingüística, das teorias da Comunicação e da Análise de Discurso.

Antes de mais nada, será importante lembrar aqui o contraste radical entre a Velha História Política que se fazia no século XIX e a Nova História Política que começou a emergir no último século, e que se viu particularmente revitalizada a partir das suas últimas décadas. Para considerarmos este contraste, será necessário termos em vista que o que autoriza classificar um trabalho historiográfico dentro da modalidade da História Política é naturalmente o enfoque no “Poder”. É o Poder, com as suas apropriações e as relações por ele geradas, com os seus mecanismos de imposição e transmissão, com a sua perpetuação através da Ideologia, com a sua organização através das redes de atores sociais e com as suas possibilidades de confrontação através de fenômenos coletivos como as Revoluções ou as resistências individuais no âmbito dos micro-poderes, e com tudo o mais que ao Poder se refere, o que constitui mais propriamente o território do historiador político. Mas de que tipo de Poder aqui falaremos? Teremos aqui uma primeira indagação, capaz de introduzir um estudo mais atento deste contraste entre a Velha e a Nova História Política.

Enquanto a História Política do século XIX mostrava uma preocupação praticamente exclusiva com a política dos grandes Estados (conduzida ou interferida pelos “grandes homens”), a Nova História Política - principalmente nos seus desdobramentos de a partir dos anos 1980 - passa a se interessar também pelo “poder” nas suas outras modalidades (que incluem também os micropoderes

¹ O presente artigo remete, como referência principal, a um livro publicado recentemente pelo autor, e que se refere a um estudo das várias modalidades da História. Ver: BARROS, José D'Assunção. *O campo da História: especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004.

² Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Professor da Universidade Severino Sombra, em Vassouras (RJ), nos Cursos de Mestrado e Graduação em História, onde leciona disciplinas ligadas ao campo da Teoria e Metodologia da História.

presentes na vida cotidiana, o uso político dos sistemas de representações, e assim por diante). Para além disto, a Nova História Política passou a abrir um espaço correspondente para uma “História vista de baixo”, ora preocupada com as grandes massas anônimas, ora preocupada com o “indivíduo comum”, e que por isto mesmo pode se mostrar como o portador de indícios que dizem respeito ao social mais amplo. Assim, mesmo quando a Nova História Política toma para seu objeto um indivíduo, não visa mais a excepcionalidade das grandes figuras políticas que outrora os historiadores positivistas acreditavam serem os grandes e únicos condutores da História³.

Redefinida desta maneira, os objetos da História Política são todos aqueles que se mostram atravessados pela noção de “poder” em todas as direções e sentidos, e não mais exclusivamente de uma perspectiva da centralidade estatal ou da imposição dos grupos dominantes de uma sociedade. Neste sentido, teremos de um lado aqueles antigos enfoques da História Política tradicional que, apesar de terem sido rejeitados pela historiografia mais moderna a partir dos anos 1930 (Escola dos *Annales* e novos marxismos), com as últimas décadas do século XX começaram a retornar dotados de um novo sentido. A Guerra, a Diplomacia, as Instituições, ou até mesmo a trajetória política dos indivíduos que ocuparam lugares privilegiados na organização do poder - tudo isto começa a retornar a partir do final do século com um novo interesse.

Mas de outro lado, além destes objetos já tradicionais que se referem às relações entre as grandes unidades políticas e aos modos de organização destas macro-unidades políticas que são os Estados e as Instituições, adquirem especial destaque, por exemplo, as relações políticas entre grupos sociais de diversos tipos. A rigor, as ‘ideologias’ e os movimentos sociais e políticos (por exemplo, as Revoluções) sempre constituíram pontos de especial interesse por parte da nova historiografia que se inicia com o século XX. Por outro lado, tal como já ressaltamos, hoje despertam um interesse análogo as relações interindividuais (micropoderes, relações de poder no interior da família, relacionamentos intergrupais), bem como o campo das representações políticas, dos símbolos, dos mitos políticos, do teatro do poder, ou do *discurso*. Em muitos destes âmbitos, são evidentes as interfaces da História Política com outros campos historiográficos, como a História Cultural, a História Econômica, ou, sobretudo, a História Social.

Este é um quadro sintético relacionado com um movimento de expansão que a História Política apresentou no decorrer século XX, e sobretudo nas suas últimas décadas, de modo a abarcar novos objetos a serem privilegiados pelos historiadores. Nossa intenção, a partir daqui será a de examinar como a História Política passou a se beneficiar de outro campo que também emergiu com especial vigor no século XX - este que se pode denominar de uma História do Discurso no sentido de que toma como fontes os discursos orais e escritos produzidos por uma Sociedade.

³ Um balanço da passagem da antiga História Política para a Nova História Política dos anos setenta pode ser encontrada em: LE GOFF, Jacques. A Política: será ainda a ossatura da História? In: *O maravilhoso e o cotidiano no Ocidente medieval*. Lisboa: Edições 70, 1975 [1972]. Para um balanço da “História vista de baixo”, ver o texto de SHARPE, Jim. História vista de baixo. In: BURKE, Peter. *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992 [1991].

Como é nossa intenção enfatizar neste artigo a questão das fontes textuais - aquelas que estão registradas através da escrita - será particularmente conveniente compreendê-las neste primeiro momento por oposição às fontes orais.

Por oposição à História Oral, que trabalha com estas fontes orais mediadas pelo próprio historiador que são os depoimentos colhidos em entrevista, teríamos com a História do Discurso um tipo de história que é herdeiro daquelas práticas que têm ocupado a maior parte do fazer historiográfico até os dias de hoje: a historiografia baseada nos registros já existentes que foram deixados voluntária ou involuntariamente no passado – registros que, hoje o sabemos muito bem, podem ser de toda ordem, incluindo os objetos da cultura material e as imagens iconográficas, a natureza interferida pelo homem, os ambientes urbanos e a própria materialidade de uma cidade (que pode contar através do seu “discurso” histórias de longa duração), chegando por fim aos “textos” (ou, como se diz, às fontes escritas). O Oral pode ser situado em oposição, a princípio, ao Escrito. Cada um destes registros gera os seus próprios problemas.

A imprecisão do oral não nos deve enganar; se oralidade é território da ambigüidade e das contradições, também existem espaços dissimulados que se escondem na documentação escrita, contornando silêncios e falseamentos, revelando segredos que o próprio autor do texto não pretendia revelar, mas que escapam, finalmente, através da linguagem, dos modos de expressão, da súbita iluminação que se espalha pelo texto quando o confrontamos com um outro nesta prática que é hoje chamada de ‘intertextualidade’. Isto sem falar nas múltiplas vozes, na polifonia que pode ser extraída de um texto⁴.

Embora seja verdade, como dissemos, que tudo pode ser constituído em fonte histórica por um historiador habilidoso e que domine o seu *métier*, o fato é que ainda hoje o historiador tem cada vez mais oportunidades para trabalhar com os ‘textos escritos’ do que com outros tipos de fontes. Se a historiografia do século XX ampliou o seu conceito de fonte histórica para um mundo não-textual de possibilidades, também ampliou extraordinariamente os tipos de documentação escrita com as quais irá lidar. Não mais apenas as fontes institucionais e diplomáticas ou as crônicas oficiais que praticamente ocupavam todas as expectativas dos historiadores do século XIX - hoje qualquer texto pode ser constituído pelo historiador como fonte: o diário de uma jovem desconhecida, uma obra da alta literatura ou da literatura de cordel, as atas de reunião de um clube, as notícias de jornal, as propagandas de uma revista, as letras de música, ou até mesmo uma simples receita de bolo. Não há mais limites para os tipos de textos que podem servir como materiais para o historiador.

Contudo, houve uma mudança bastante sintomática na postura do historiador para com estes novos tipos de textos ou para com aqueles que lhe eram já tradicionais. Se antes os textos eram quase que exclusivamente utilizados como ‘testemunhos’ de onde os historiadores do século XIX procuravam extrair informações mais ou menos diretas (na maior parte dos casos de uma maneira ingênua que associava o documento histórico à idéia de “prova”), hoje as fontes

⁴ BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 1981.

textuais são também utilizadas como ‘discursos’ a serem decifrados em si mesmos. Um esforço de definir melhor o que vem a ser a ‘fonte histórica’ poderá ajudar a iluminar melhor esta distinção entre “testemunho” e “discurso”.

A *fonte histórica* é aquilo que coloca o historiador diretamente em contato com o seu problema. Ela é precisamente o material através do qual o historiador examina ou analisa uma sociedade humana no tempo. Uma fonte pode preencher uma das duas funções acima explicitadas: ou ela é o meio de acesso àqueles fatos históricos que o historiador deverá reconstruir e interpretar (fonte histórica = fonte de informações sobre o passado), ou ela mesma ... é o próprio fato histórico. Vale dizer, neste último caso considera-se que o texto que se está tomando naquele momento como fonte é já aquilo que deve ser analisado, enquanto discurso de época a ser decifrado, a ser compreendido, a ser questionado. É neste sentido que diremos que a fonte pode ser vista como ‘testemunho’ de uma época e como ‘discurso’ produzido em uma época.

A historiografia, ao superar o positivismo ingênuo do século XIX, foi tendendo a valorizar cada vez mais esta dimensão da fonte histórica textual como ‘discurso’. Hoje, poderíamos dizer que a maior parte das práticas historiográficas insere-se em uma *História do Discurso* (ou, se quisermos, uma História Textual) que ampliou significativamente as suas possibilidades de análise do texto - particularmente com o contato interdisciplinar com a Teoria da Comunicação, com a Lingüística e com a Semiótica, mas também com as possibilidades de serialização que se tornaram possíveis a partir dos métodos estatísticos (a possibilidade de análise de um texto ou de um módulo de informação no interior de uma série mais ampla, que lhe dá sentido e que tornam visíveis as permanências, e as variações).

Diante destes dois campos de perspectivas, um discurso qualquer pode ser analisado tanto a partir de uma ‘abordagem qualitativa’ como a partir de uma ‘abordagem quantitativa’, ou mais propriamente de uma ‘abordagem serial’ que examina documentos reunidos em série. Neste artigo, enfatizaremos as possibilidades qualitativas de um texto.

Um texto pode ser abordado qualitativamente de muitas maneiras. Os historiadores, os críticos literários, os lingüistas, os psicanalistas, e quaisquer outros profissionais que dependam da interpretação de textos para o seu ofício (como é o caso também dos advogados e dos investigadores de polícia), não cessam de inventar novos modos de trabalhar sobre o texto, avançando para muito além daquilo que se encontra aparentemente exposto em sua superfície. As abordagens semióticas, por exemplo, hoje utilizadas por vários historiadores, enriqueceram muito as possibilidades de fazer um texto falar sobre coisas que o próprio autor do texto não pretendia dizer. Quando alguém utiliza determinadas expressões e palavras, já está dizendo algo ao bom analista de textos, independente dos sentidos que ele pretende atribuir às palavras. A presença de certas imagens em um discurso, a recorrência de determinadas expressões, a maneira de organizar uma narrativa, as referências intertextuais (a outros textos) - sejam estas voluntárias, explícitas, implícitas ou involuntárias - tudo isto fala por si mesmo, independente do ser falante que pronuncia o discurso.

Isto sem levar em consideração a possibilidade de contrapor textos diferenciados, de pôr as várias versões a respeito de um acontecimento a se iluminarem ou a se contradizerem reciprocamente. Estas contradições, é preciso notar, podem ser de grande valia para um historiador. Sem contar que as contradições existem internamente a um mesmo texto, trazendo à tona o caráter polifônico de certos discursos.

A riqueza de qualquer texto está sobretudo no fato de que ele é simultaneamente um 'objeto de significação' e um 'objeto de comunicação cultural entre sujeitos'. Estes dois aspectos na verdade se complementam: se por um lado o texto pode ser definido pela organização ou estruturação que faz dele uma "totalidade de sentido", por outro lado, ele pode ser definido como um objeto de comunicação que se estabelece entre um destinador e um destinatário (ou entre um destinador e muitos destinatários).

A tentativa de avaliar o texto na sua primeira dimensão, a de 'objeto de significação', gera a análise interna ou estrutural do texto (que pode ser empreendida por aportes teóricos e metodológicos diferenciados, sendo a Semiótica uma destas possibilidades). Já a avaliação do texto como 'objeto de comunicação' implica na análise do contexto histórico-social que o envolve e que, de alguma maneira, atribui-lhe sentido. Neste caso, empreende-se a análise externa do texto, que também pode ser concretizada através de diferenciados aportes teóricos e metodológicos. Ainda com relação à sua análise externa, o texto também pode ser examinado do ponto de vista das intenções ou das motivações pessoais do autor que o produziu, ou daqueles que dele se apropriam imputando-lhe novos sentidos. A perspectiva mais útil para a História - e para a História Política em particular - é considerar mesmo o texto a partir da dualidade que o define enquanto 'objeto de significação' e 'objeto de comunicação'.

De acordo com esta visão complexa e multidimensional do texto, que se mostra a mais adequada para o historiador, podemos dizer que a análise de um discurso deve contemplar simultaneamente três dimensões fundamentais: o *intratexto*, o *intertexto* e o *contexto*. O 'intratexto' corresponde aos aspectos internos do texto e implica exclusivamente na avaliação do texto como objeto de significação; o 'intertexto' refere-se ao relacionamento de um texto com outros textos; e o contexto corresponde à relação do texto com a realidade que o produziu e que o envolve. São precisamente estas duas últimas dimensões que exigem que o texto, além de ser tratado como um objeto de significação em si mesmo, seja considerado também como objeto de comunicação.

A visão do texto a partir da tríplice abordagem do intratexto, do intertexto e do contexto é inegavelmente a mais rica para um historiador que pretende utilizar o discurso textual como fonte. Por outro lado, autores como Roland Barthes consideram o texto como um sistema auto-suficiente de signos cujo significado provém de suas inter-relações, e não de fatores externos como a 'intenção do autor' ou o seu 'contexto de produção'. Assim, para a perspectiva estruturalista de Roland Barthes as palavras, símbolos e imagens em interação criam sistemas de significados que repetem a estrutura da linguagem e refletem as funções sociais da mitologia. O resultado disto é que o texto poderia ser analisado sem uma

recolocação na sociedade que o produziu ou que o consome. Ou, dito de outra forma, a análise restringe-se neste caso apenas ao plano do intratexto.

Em que pesem as contribuições que o historiador possa extrair deste tipo de semiótica estruturalista que procura examinar o texto em si mesmo, desprezando as referências externas, a verdade é que sempre será muito importante para um historiador “contextualizar” o texto com o qual está trabalhando. Todo texto é produzido em um lugar que é definido não apenas por um autor, pelo seu estilo e pela história de vida deste autor, mas principalmente por uma sociedade que o envolve, pelas dimensões desta sociedade que penetram no autor, e através dele no texto, sem que disto ele se aperceba. Uma época, uma sociedade, um ambiente social (rural, urbano), uma Instituição, uma rede de outros textos às quais o autor deverá se conformar, as regras de uma determinada prática discursiva ou literária, as características do gênero literário em que se inscreve o texto – tudo isto constrange o autor que escreve o texto, deixando nele suas marcas, a princípio indeléveis, mas que devem ser pacientemente decifradas pelos historiadores e outros analistas de textos.

O conjunto complexo de fatores atrás mencionados – aspectos que constroem e motivam a produção de textos em uma dada direção e de uma determinada maneira, e não outras – não deixam de ser poderes que afetam os produtores de textos em muitas direções. Mas são também poderes dos quais procuram se apropriar os próprios produtores de textos e que geram verdadeiras lutas políticas no próprio interior dos discursos (questão à qual voltaremos mais adiante).

Além de um lugar de produção, todo texto tem também um destino. Pode ser, por exemplo, um determinado receptor ou grupo de receptores (os leitores de um jornal ou de uma obra literária, a população que é comunicada acerca das decisões régias através de um edito, e assim por diante). O receptor, mesmo que o autor ou produtor do texto não esteja plenamente consciente disto, ajuda também a escrever o texto. Quem escreve um texto acaba sem querer antecipando certas expectativas de quem irá recebê-lo, seja para contemplá-las ou para afrontá-las. Neste sentido, o receptor do texto não deixa de se inscrever na rede de poderes que ajudam a produzir e formatar o texto através do produtor aparente do discurso.

Sintetizando, para além do “produtor”, qualquer texto visa um “receptor” (ou um “lugar de recepção”), uma vez que ao ser produzido o texto sempre carrega uma “intenção” (uma mensagem que quer ser transmitida ou uma informação a ser registrada). É verdade que, em alguns casos, o texto não é produzido originalmente com vistas propriamente a um receptor, mas sim para contemplar determinada finalidade. Uma canção quer chegar a um público, um Edito quer chegar a um súdito, uma carta quer atingir um interlocutor ... mas os documentos cartoriais e paroquiais, a princípio, pretendem apenas registrar certas informações que serão necessárias oportunamente. O historiador pode lidar tanto com textos que visam ‘receptores’, como com textos que buscam cumprir determinadas ‘finalidades’. Grosso modo, pelo que podemos ver até aqui, o triângulo da comunicação em que se insere todo texto tem estes três vértices: um lugar de produção, um conteúdo (intenção, mensagem), um lugar de recepção (ou de destino). O historiador deve lidar habilmente com cada um destes vértices e com a

sua interação (porque cada um deles se inscreve no outro, no sentido, por exemplo, de que o produtor do texto antecipa certas expectativas do seu receptor). Sobretudo, para a discussão que nos interessa neste momento - e que se refere às relações entre a História Política e o Discurso - vale lembrar que cada um destes três vértices, e a sua interação mesma, estão sempre afetados e envolvidos por relações de poder.

A estas três dimensões fundamentais do discurso que são o produtor, o receptor e a mensagem, poderemos acrescentar uma outra dimensão que é a da 'intertextualidade', a que já nos referimos anteriormente. Qualquer texto insere-se em uma rede de semiose, em uma rede de textos da qual ele extrai um pouco do seu sentido. Já fizemos notar que o próprio 'gênero' no qual se enquadra um texto (edito, crônica, poesia, norma jurídica) já estabelece automaticamente um primeiro nível de intertextualidade (o texto irá dialogar, quer queira o autor ou não, com as normas literárias e com o repertório de possibilidades que regem aquele gênero, mesmo que em alguns casos o autor pretenda afrontá-los). Depois aparecem as demais intertextualidades, menos ou mais visíveis do ponto de vista de quem produz o discurso ou de quem o recebe: o autor irá se referir explicita ou implicitamente a outros textos, e existirão também os textos que, mesmo sem o conhecimento do autor, estarão inscritos no seu discurso.

A questão da intertextualidade é naturalmente bastante complexa, uma vez que ela pode aparecer tanto no texto que o historiador se põe a analisar (as intertextualidades explícitas e implícitas inerentes à construção textual do autor do documento estudado) como também na própria análise do historiador, que na sua leitura do documento estabelece intertextualidades em diversos níveis. Por isso Eliseo Verón escreve que *"não se analisa jamais um texto: analisa-se pelo menos dois, quer se trate de um segundo texto escolhido explicitamente para a comparação, quer se trate de um texto implícito, virtual, introduzido pelo analista, muitas vezes sem que ele o saiba"*⁵.

A história da historiografia inscreve-se em um gradual aprendizado do historiador diante dos textos com os quais ele deverá lidar. Muito aconteceu desde as aproximações positivistas, especialmente preocupadas com as críticas interna e externa do texto mas ainda ingênuas no tratamento do discurso. A Psicanálise, a Lingüística, a Semiótica e as teorias da Comunicação revolucionaram as possibilidades de interpretar um texto, e destas revoluções o historiador de hoje se vale.

Como já se deve ter percebido, não existe certamente uma técnica única que possa ser aplicada à análise de texto para todos os casos. O primeiro contato do historiador com a sua fonte textual consiste, de qualquer modo, em fazer-lhe algumas perguntas fundamentais (já se disse que o documento só fala quando o historiador faz as perguntas certas). Se, como dissemos antes, a boa análise deve abranger simultaneamente o contexto, o intertexto e o intratexto, o historiador pode começar por identificar a procedência da fonte, a sua inserção em uma sociedade mais ampla, as condições de sua produção (aspectos que, se tivéssemos de resumir-los

⁵ VERÓN, Eliseu. *A produção do sentido*. São Paulo: Verbo, 1982.

em uma indagação primária, parecem perguntar ao texto: “de onde vens?”). Somente em seguida virão as perguntas que começam a perscrutar os caminhos internos do texto, ou a abrir as portas secretas de sua decifração. “Com quem falas”, “Do que falas?”, mas também “Sobre o que silencias?”. E, por fim, para mencionar esta questão tão cara ao Historiador Político que se debruça sobre a análise de um discurso textual, emergirá por fim aquela pergunta que dará substância à própria análise que pretende empreender: “Que poderes exerces, e que poderes te atravessam?”. Eis aqui o texto desnudado simultaneamente como usina de força e como arena na qual uma multiplicidade de poderes se digladiam, mesmo contra a mais aparente serenidade que por ventura possa estar proposta na sua superfície.

O conteúdo de um texto, cedo aprende o historiador, não pode se resumir à superfície de sua mensagem. Existem os entreditos, os interditos, os não-ditos, o vocabulário revelador. Se texto é falso, ou se ele mente, tanto melhor, pois o historiador poderá perguntar: “por que mentes?”. E o historiador político poderá aprofundar ainda mais esta pergunta, e indagar “que poderes se exercem através da tua mentira?”.

Não são raras as vezes em que o analista irá encontrar o que procura precisamente nas contradições de um texto, seja ao nível do intratexto (as contradições internas) ou ao nível do intertexto (as contradições que aparecem no confronto com outras fontes). Ao historiador, o texto costuma falar através dos seus detalhes mais insignificantes, como um criminoso que fala através das pistas que deixa escapar descuidadamente, ou como o paciente que revela ao psicanalista – sem disto se dar conta – detalhes íntimos de sua alma.

A Historiografia do Discurso (aqui entendida como a historiografia que examina os discursos inscritos nas fontes textuais para compreender a sociedade que os produziu) tem empregado inúmeras abordagens mais específicas e gerado múltiplos posicionamentos teóricos⁶. Além disto, o discurso pode ser tratado tanto *culturalmente*, conforme vimos até aqui, como *politicamente*, conforme veremos em seguida. Aqui abordaremos alguns dos mais profícuos diálogos que puderam ser estabelecidos por uma Nova História Política - que começava nas últimas décadas do século XX a se assenhorar de novos objetos e a investir em novas possibilidades de examinar o poder - e uma Nova História do Discurso, extraordinariamente enriquecida não apenas pelas disciplinas ligadas à Comunicação e à Lingüística, mas também pela contribuição de autores que passaram a examinar o Discurso ele mesmo como um espaço dentro do qual se dão diretamente as lutas políticas.

Neste novo e complexo caminho, um ponto fulcral é talvez a obra de Michel Foucault. Este filósofo que em algumas de suas obras se fez historiador foi talvez o primeiro a chamar a atenção de todos, de maneira mais enfática e claramente enunciada, para o fato de que não é a a própria sociedade que constitui a realidade a ser estudada, mas sim os discursos que ela produz, ou então as suas práticas.

⁶ Sobre algumas técnicas de análise do discurso narrativo, ver: CARDOSO, Ciro Flamarion. *Narrativa, sentido e História*. Campinas: Papyrus, 1997.

Quando um historiador estuda a Roma Antiga, na verdade está estudando o que nos dizem as fontes a respeito da Roma Antiga. Dito de outra forma, está estudando neste caso discursos sobre a Roma Antiga. E estará estudando mais especificamente aqueles documentos da Roma Antiga que chegaram ao nosso tempo, e na verdade aqueles documentos, dentre estes, que o historiador resolveu constituir como fontes históricas. De alguma maneira, para complicar a questão, poderíamos dizer que a História também é a História dos Discursos dos Historiadores⁷.

A revolução de Michel Foucault no âmbito da História dos Discursos vai mais além, pois o filósofo-historiador chama atenção para a necessidade de uma ampliação da noção de discurso. Para além da Ciência, da Literatura e dos objetos culturais produzidos pelos sistemas de pensamento em suas formas mais explícitas, o corpo, a sexualidade, a loucura, a economia ou o Estado são, eles mesmos, discursos. Discurso será visto ainda como “a ordenação dos objetos [...] e não apenas como grupo de signos, mas como relações de poder”⁸.

Estas noções fundamentais permitiram ainda uma verdadeira revolução na História Política, pois interligavam a percepção de que o Poder não tem um centro único (isto é, não é apenas uma forma de repressão encaminhada a partir dos mecanismos estatais a serviço de uma classe dominante) e a idéia de que este Poder, que está por toda a parte inclusive sob a forma de micropoderes, aparece entranhado em diversas outras relações que coexistem no mundo humano: a família, a sexualidade, a amor, o parentesco, a produção, a comunicação através do uso da língua. Por isto, as relações de poder poderiam ser estudadas por meio de todos estes discursos que vão do discurso amoroso e da sexualidade às relações expressas no seio da família ou no âmbito da produção.

É interessante notar que esta análise política do discurso tal como é proposta por Foucault sugere que o historiador deva buscar a percepção das relações de poder nos lugares menos previsíveis, menos formalizados, menos anunciados. Este método genealógico, que busca o poder em todos os pontos da sociedade e não mais nos lugares congelados pelo aparato estatal, vai ao encontro, também, das abordagens que exigirão do historiador que este desenvolva uma meticulosidade, que passe a cultivar os detalhes, o acidental, aquilo que aparentemente é insignificante mas que pode, precisamente, compor com outros elementos a chave para a compreensão das relações sociais examinadas. Esta atenção ao detalhe e ao acidental é a mesma, também podemos lembrar, que será incorporada pela abordagem historiográfica conhecida como Micro-História.

É também digno de nota o fato de que a concepção de que o Poder está em toda a parte levou Foucault a acompanhar (e a re-intensificar) a extraordinária expansão das fontes utilizadas pelos historiadores do século XX. Todos os tipos de textos serão tomados como objetos (ou meios) pela análise foucaultiana - das memórias dos desajustados (ou considerados desajustados pelos sistemas médicos

⁷ Esta perspectiva foi desenvolvida e radicalizada por Keith Jenkins. Ver: JENKINS, K. *A História repensada*. São Paulo: Contexto, 2001 [1991].

⁸ FOUCAULT, Michel. *Archaeology of knowledge*. New York: s.r., 1972, p.48-49.

e punitivos)⁹ até os diários de indivíduos anônimos, os registros criminais, as ordens de prisão, os relatórios médicos, sem desprezar uma documentação já tradicional em sua época como os tratados políticos e científicos (só que agora examinados não mais como objetos de uma História da Cultura tradicional, e sim como focos onde podem ser percebidas as relações de poder e as tecnologias de poder que se instauram nos discursos).

Não apenas responsável por uma hábil explicitação de que o que se deveria compreender como “discurso” vai muito além da noção habitual atribuída a este termo, Foucault é também um mestre na análise dos discursos propriamente ditos (sejam falados, ou escritos) - o que nos leva de volta às questões já colocadas sobre a inscrição dos lugares de produção e de recepção nos discursos produzidos por uma sociedade. Michel Foucault vai mais além, e pretende identificar os lugares de exclusão, de interdição, de controle que se inscrevem no discurso ou nos sistemas de normas que regem as práticas discursivas. Cumpre retomar *A Ordem do Discurso*, que enuncia claramente a sua hipótese primordial:

*“em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e distribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”*¹⁰

Assim, para além de focalizar o discurso como lugar de lutas sociais e de confrontos políticos, ou como um lugar onde se expressam estas lutas e estes confrontos (o que, já de per si, abre um verdadeiro leque de possibilidades para os historiadores do discurso em todas as especialidades), Foucault chama atenção para o fato de que o próprio discurso pode ser também aquilo porque se luta¹¹. Daí a sua preocupação em examinar os mecanismos de interdição que se afirmam nas práticas discursivas de uma sociedade - seja através dos objetos permitidos e proibidos (não se tem o direito de dizer tudo), dos rituais de circunstância (não se pode falar de tudo em qualquer circunstância), ou dos direitos diferenciados atribuídos aos sujeitos que falam (quem pode dizer o quê, sem sofrer a reprovação social ou até uma punição).

Analisar um discurso em toda a sua complexidade, portanto, envolve muitas e muitas coisas: desde as técnicas que visam enxergar a sociedade através do discurso, até as técnicas que visam enxergar os modos pelos quais a sociedade se apodera dos discursos. Trabalhar com o texto, conforme pode ser percebido, é muito mais difícil do que habitualmente parece. E o historiador deve seguir adiante na sofisticação de seus métodos de decifração do texto. Esta é uma de suas sinas,

⁹ É o caso da célebre obra organizada por Foucault que dá voz ao discurso de um parricida, e que desloca os ensaios interpretativos para as notas. Ver: FOUCAULT, Michel. *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*. Rio de Janeiro: Graal, 1977 [1973].

¹⁰ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996, p. 8-9.

¹¹ “(...) o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”. FOUCAULT, *A ordem do discurso*, p. 10.

desde Heródoto.

Para finalizar este bloco, ressaltaremos que a História do Discurso - com contribuições as mais variadas que não poderão ser todas descritas aqui - deve ser vista (ou foi vista aqui) como um campo complexo relacionado ao 'tratamento qualitativo de fontes textuais'. Mas é bom lembrar também que pode se falar em um "discurso iconográfico", e que os semiólogos e urbanistas têm examinado a própria Cidade, em sua complexidade, como um texto que pode ser lido. No fundo, o campo da História do Discurso é habitado ou visitado de uma maneira ou de outra por todos os historiadores. Por isto muitas vezes nem se fala nele como "campo". Para além disto, faz-se notar que muitas das observações que fizemos com relação ao discurso que encontra uma expressão no texto escrito também valeriam para o discurso que é apenas expresso oralmente e que, neste caso, algumas das implicações aqui discutidas têm beneficiado também o campo da História Oral.

*

Para além do Discurso, um outro campo que tem se afirmado como território aberto ao Historiador Político é o do Imaginário. As imagens - que de algum modo também constituem um discurso muito singular, seja na sua forma de imagens visuais, de imagens verbais, ou de imagens mentais - também se mostram ao historiador experimentados como arenas através das quais as mais diversas forças se colocam em confrontam. Acompanhando as observações que até aqui haviam sido feitas para o discurso textual, as imagens podem ser empunhadas como instrumentos de poder ou então se mostrarem como aquilo mesmo pelo qual se luta. Neste sentido, será oportuno discutir aqui também as interconexões possíveis entre a História do Imaginário e a História Política.

Antes de mais nada, cumpre notar que o historiador do Imaginário começa a fazer uma história problematizada quando relaciona as imagens, os símbolos, os mitos e as visões de mundo a questões sociais e políticas de maior interesse - isto é, quando trabalha os elementos do Imaginário não como um fim em si mesmo, mas como elementos para a compreensão da vida social, econômica, política, cultural e religiosa. Longe de oferecer ao historiador apenas um interminável repertório de imagens, o imaginário deve fornecer materiais para o estabelecimento de interconexões diversas. Estão aí as obras de Jacques Le Goff, mergulhando nas estruturas sociais através das imagens do Purgatório¹², ou de Georges Duby, compreendendo a visão tripartida da sociedade através do Imaginário do Feudalismo¹³.

Um exemplo pioneiro de conexão entre a História Política e a História do Imaginário, que remonta à terceira década do século XX, é a famosa obra em que Marc Bloch estuda *Os reis taumaturgos*¹⁴. O que Bloch está examinando neste

¹² LE GOFF, Jacques. *O nascimento do Purgatório*. Lisboa: Edições 70, 1990.

¹³ DUBY, Georges. *As três ordens ou o imaginário do Feudalismo*. Lisboa: Edições 70, 1971.

¹⁴ BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

caso é a persistência de um determinado imaginário régio, de uma determinada crença popular em um aspecto muito específico e delineado que seria a capacidade dos reis franceses e ingleses de duas dinastias medievais curarem com um simples toque as “escrófulas” (sintomas visíveis de doenças pouco conhecidas na época). Marc Bloch decifra precisamente a imagem do “rei taumaturgo” e a sua apropriação política, investigando rituais e simbologias que com ela estariam relacionados. Não é portanto um modo genérico de sentir o que ele busca rastrear, o que caracterizaria uma obra mais como uma História das Mentalidades do que como uma História do Imaginário, mas sim a história de uma crença muito bem delineada e atrelada ao universo político e social de sua época, com base em um imaginário que tem uma história a ser decifrada e que foi se entranhando na maneira medieval de conceber uma realeza que dialoga com a sacralidade.

Tem sido aliás um campo bem significativo para os historiadores políticos esta investigação sobre a apropriação política do imaginário religioso, ou, em alguns casos, a constituição de um imaginário político que se entrelaça com um imaginário religioso. Da mesma forma que existe um “imaginário religioso”, cada sociedade desenvolve também o seu “imaginário político”, como aquele que Ernst Kantorowicz estudou em *Os dois corpos do rei*¹⁵. A idéia presente na Inglaterra e na França do Antigo Regime de que o “rei não morre jamais”, ou de que a própria sociedade constitui um “segundo corpo do rei”, pode estar, segundo o historiador polonês, interconectada com um imaginário cristão ao mesmo tempo que a determinadas motivações políticas, percebendo-se aqui uma rede de múltiplas interações a serem desvendadas pelo historiador.

É também oportuno lembrar que um determinado Imaginário Político pode ser em certos casos produto de desenvolvimentos de longa duração, adaptando-se a tradições que remontam a séculos, ou em outros casos mostrar-se produto de processos históricos circunscritos a curtas durações. Em muitos casos, um circuito de elementos do Imaginário Social pode ser produzido ou apropriado por circunstâncias políticas específicas ou, ainda, mesmo por uma bem calculada arquitetura do poder. Também não são raros os casos em que o Imaginário encontra um leito em determinadas condições sociais, ou que se adapte a certas motivações políticas. Na Espanha Medieval do século XIII, para dar um exemplo mais recuado, os sábios e juristas do rei Afonso X elaboraram a imagem de que “o rei é a cabeça, o coração e a alma do reino”. Este imaginário tem muito a ver com a maneira medieval de conceber a sociedade como um organismo (que teria no rei a sua cabeça), mas tem a ver também com uma determinada maneira de governar. Porque não só a cabeça, órgão que comanda de cima, ou só o coração, órgão que rege a vida de dentro, ou só a alma, que está em toda a parte? O que está por trás desta hábil estratégia de unir estas três imagens em uma única metáfora?. Um estudo inserido na História do Imaginário poderia elaborar perguntas desta ordem¹⁶.

¹⁵ KANTOROWICZ, Ernst. *Os dois corpos do rei*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

¹⁶ BARROS, José D'Assunção. *As três imagens do rei: o imaginário régio nos livros de linhagens e nas cantigas trovadorescas (Portugal e Castela, século XIII)*. Niterói: UFF, 1999 (Tese de Doutorado em História), p.40.

Cada sociedade, ou cada sistema político pode produzir um imaginário do governante que lhe seja mais apropriado. À estruturação do poder absolutista francês no século XVII, por exemplo, adaptou-se com muita eficácia a imagem do Rei-Sol difundida por Luís XIV. Outrossim, a história nos oferece inúmeros imaginários régios: o rei taumaturgo, o rei-sábio, o rei santo, o rei encoberto, apenas para citar alguns.

Os horizontes abertos por uma busca da compreensão do imaginário político são na verdade inúmeros. Os modos como o poder é representado - por exemplo em termos de “centro” e de “periferia” - ou como a estratificação social materializa-se em imagens como a de um espectro de alturas em que as classes sociais mais favorecidas são chamadas de “classes altas” ... eis aqui algumas imagens sociais e políticas que podem passar a fazer parte da vida de uma sociedade. Imagens como estas têm se entranhado a tal ponto nos discursos políticos e nas representações as sociedades modernas fazem de si mesmas que, não raras vezes, os próprios analistas políticos esquecem que temos aqui imagens espacializadas que são elas mesmas produtos de confrontos, de imposições silenciosas, de ideologias que se infiltram sutilmente nos discursos. Foi atento a questões como esta que Georges Duby, por exemplo, buscou recuperar precisamente o imaginário que estava por trás dos padrões de organização da sociedade feudal em *As três ordens ou o imaginário do Feudalismo*¹⁷.

Um último exemplo pode mostrar que as imagens, as cosmovisões e os símbolos não remontam sempre e necessariamente a processos de formação mais longos e estabelecidos no plano das mentalidades de longa duração. Muitas vezes, todo um sistema de Imaginário pode ser produzido também por circunstâncias políticas, por necessidades sociais e até locais, por artimanhas da poesia e da literatura, por arquitetura política pensada ou intuída, ou pode mesmo ser ocasionado por grandes eventos que caem como raios na vida das sociedades. Durante o período Nazista na Alemanha do século XX, por exemplo, um riquíssimo Imaginário foi construído em umas poucas décadas em torno da suástica, da imagem do super-homem de raça pura, da simbologia do Reich e do papel do Führer no centro ou no topo deste imaginário político. Temos aqui um Imaginário que aflora repentinamente, mesmo que recolhendo materiais seculares como as idéias pangermanistas e as hostilizações anti-semitas.

De qualquer modo, eis aqui um campo promissor para a História Política. Tal como o Discurso, a Imagem fez-se território de ação para o Historiador Político que soube ultrapassar as tradicionais investigações históricas que se restringiam a examinar os sistemas mais visíveis de dominação ou o aparato estatal e institucional mais óbvio. O Poder, tal como procuramos mostrar, também se exerce através dos Discursos e das Imagens. E as próprias imagens e os próprios discursos são, no fim das contas, territórios estratégicos pelos quais os homens lutam no estabelecimento de suas relações sociais e políticas.

¹⁷ DUBY, *As Três Ordens* ...

RESUMO

Este artigo busca esclarecer e discutir alguns aspectos relacionados a Nova História Política que se desenvolveu ao longo do século XX, enfatizando mais particularmente o Discurso e a Imagem como objetos privilegiados para a análise das relações de poder. O artigo remete a obra recentemente publicada pelo autor deste texto, cujo principal objetivo é o de elaborar uma visão panorâmica das diversas modalidades da História nos dias de hoje.

Palavras-Chave: História Política; Poder; Discurso; Imaginário Político.

ABSTRACT

This article attempts to discuss some aspects related to the New Political History, emphasizing the Discourse and the Image as objects privileged objects for the study of the power relationships. The article refers to a recently publicized work of the author of this text, with principal subject was to elaborate a panoramic view of the various fields in which ones the historical knowledge is divided nowadays.

Keywords: Political History; Power; Discourse; Political Imaginary.